

**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História**

Esther Urias Senra Santoro

A VISÃO DO EMBAIXADOR LINCOLN GORDON SOBRE A ALIANÇA PARA O PROGRESSO (1961-1964)

**Brasília-DF
2020**

Esther Urias Senra Santoro

A VISÃO DO EMBAIXADOR LINCOLN GORDON SOBRE A ALIANÇA PARA O PROGRESSO (1961-1964)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em História.

Orientador: Virgílio Caixeta Arraes

Data da defesa oral: 10 de dezembro de 2020.

Membros da banca: Prof. Dr Carlos Rafael Dias – Universidade Regional do Cariri
Profa.Ma. Débora Jacintho de Faria – Universidade de Brasília
Prof. Dr Virgílio Caixeta Arraes - Universidade de Brasília

A VISÃO DO EMBAIXADOR LINCOLN GORDON SOBRE A ALIANÇA PARA O PROGRESSO (1961-1964)

RESUMO

A Aliança para o Progresso foi um amplo programa cooperativo destinado a acelerar o desenvolvimento econômico e social da América Latina. Foi lançado pelo governo Kennedy em 1961, em resposta à Revolução Cubana e influenciada pela teoria da modernização. Para os Estados Unidos era importante que o programa desse certo no Brasil, o maior país da América Latina. Para ajudar a implantar o programa, Lincoln Gordon foi indicado para ser embaixador no Brasil. O presente estudo objetivou explorar os motivos da criação da Aliança para o Progresso, bem como analisar as visões americana e brasileira sobre o programa. Pretendeu-se também estudar a escolha de Lincoln Gordon como embaixador no Brasil e sua influência na implementação da Aliança.

Palavras-chave: Aliança para o Progresso; Estados Unidos; América Latina; Lincoln Gordon.

ABSTRACT

The Alliance for Progress was a broad cooperative program designed to accelerate Latin America's economic and social development. It was launched by the Kennedy government in 1961, in response to the Cuban Revolution and influenced by modernization theory. For the United States, it was important that the program succeeded in Brazil, the largest country in Latin America. In order to help implementing the program, Lincoln Gordon was appointed to be an ambassador in Brazil. The present study aimed to explore the reasons for the creation of the Alliance for Progress, as well as to analyze the American and Brazilian views on the program. It was also intended to study the choice of Lincoln Gordon as ambassador to Brazil and his influence on the establishment of the Alliance.

Keywords: *Alliance for Progress; United States; Latin America; Lincoln Gordon.*

INTRODUÇÃO

Até pouco antes do surgimento da Aliança para o Progresso, a cooperação pública dos Estados Unidos com a América Latina foi muito limitada. No auge da Guerra Fria, o acirramento entre as duas superpotências - EUA e URSS - só aumentava. Em decorrência da Segunda Guerra, a Europa capitalista se encontrava arrasada e o comunismo estava à espreita, o que fez com que os Estados Unidos lançassem o Plano Marshall (1948-1951) para acelerar a reconstrução econômica e manter sua zona de influência. Porém, a América Latina foi deixada de lado, o que gerou reivindicações dos governantes locais para que houvesse investimentos na região. “Pressionado pelas lideranças da região na Conferência de Bogotá em 1948, o Secretário de Estado George Marshall argumentou que a região devia esperar o soerguimento europeu e japonês” (RIBEIRO, 2006, p.154). As justificativas utilizadas pelos Estados Unidos a fim de não promoverem uma política econômica que incluísse a América Latina era de que ela teve um papel secundário na Segunda Guerra Mundial e não foi atingida drasticamente como foi o resto do mundo. Contudo, houve dois fatores que marcaram um ponto de inflexão nas atitudes dos Estados Unidos para com a América Latina: a Revolução Cubana e a teoria da modernização.

A Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro, foi um movimento de guerrilha que derrubou a ditadura de Fulgêncio Batista, instalada no país desde 1952. O ditador mantinha um governo extremamente corrupto e governado para atender aos interesses dos Estados Unidos. O movimento de guerrilha não tinha caráter nem viés socialista ou comunista, mas nacionalista. A partir de 1959, Fidel implantou diversas reformas no país, como reforma agrária, nacionalização da exploração de recursos, entre outras. Nacionalizou a economia, que antes era controlada por empresas americanas, o que desagradou profundamente os Estados Unidos. Não reconheceram o novo governo e opuseram-se abertamente contra, tomando várias medidas para sabotar Cuba. No fim de 1960, o presidente Eisenhower efetuou um embargo aos bens cubanos. Isso levou a aproximação de Castro com a União Soviética e a assinatura de vários acordos comerciais. Em 1961, Kennedy formalmente rompe relações diplomáticas com Cuba.

Um país comunista alinhado à União Soviética, tão perto do território americano, era um risco que tinha que ser vigiado. Certamente era uma preocupação

para o governo americano a possibilidade de perder influências na América Latina para seu rival. O medo era que as revoluções se espalhassem rapidamente por todo o continente. O governo americano reconheceu que, como antes pedido pelos governantes latinos, precisava investir tanto técnico quanto financeiramente na região para que não aumentasse o “perigo da difusão do comunismo no continente, como mostrava o exemplo cubano” (RIBEIRO, 2006, p.157).

O segundo fator de influência para a criação da Aliança para o Progresso foi a “teoria da modernização”, que se tornou popular entre os acadêmicos norte-americanos após a Segunda Guerra. Os teóricos da modernização, trabalhando em diversos centros de pesquisas, criaram uma linha conceitual baseada na fé no progresso material pois eles pressupuseram que os países de terceiro mundo - atrasados - estavam destinados a passarem pelas mesmas mudanças que os países de primeiro mundo, conseguindo assim chegar à modernidade. Grandes pensadores dessa linha, como os professores Max Millikan e Walt Rostow, também sugeriram que os Estados Unidos deveriam liderar um programa de ajuda internacional para o crescimento econômico. “Assim como a ameaça à Europa levou ao Plano Marshall, a nova ameaça global percebida deveria ser respondida com um programa também global” (RIBEIRO, 2006, p.155).

No dia 13 de março de 1961, o corpo diplomático latino-americano foi convidado para uma recepção na Casa Branca, onde o presidente John F. Kennedy lançou oficialmente a Aliança para o Progresso, que foi detalhada na Carta de *Punta del Este* em agosto do mesmo ano. O programa previa um investimento de cem bilhões de dólares para os países da América Latina no período de 10 anos. Era uma troca de favores na qual os Estados Unidos exportavam valores americanos de consumismo e democracia liberal e, em troca, recebiam o apoio político dos países participantes na sua rivalidade com a União Soviética.

Para Ribeiro (2006) a Aliança para o Progresso resume a política externa do presidente Kennedy e sua compreensão torna-se elemento chave para entender o sentido das relações conservadas entre Brasil e EUA no período e mesmo depois.

Lincoln Gordon, embaixador americano no Brasil entre 1961 a 1966, foi quem trabalhou no discurso de 13 de março, propondo a Aliança. Bacharel em Economia pela Universidade de Harvard, colaborou e dirigiu a implementação do Programa

Econômico de Recuperação Européia, o Plano Marshall. Também foi Ministro de Assuntos Econômicos na embaixada americana em Londres durante o período.

Após o término da Missão do Plano Marshall, em junho de 1955, voltou para Harvard para comandar um pequeno grupo de pesquisa sobre negócios internacionais e relações econômicas. Juntamente com Edward Mason, um economista ilustre, desenvolveram um programa de pesquisa para estudantes sobre o relacionamento do governo e o setor privado no desenvolvimento de países menos desenvolvidos. Influenciado por seu assistente de pesquisa, especialista em América Hispano, Gordon se interessou pela América Latina. Estando convicto de que, apesar dos poucos planejamentos e a desordem no processo de desenvolvimento, havia muito movimento desenvolvimentista, o que merecia atenção.

Em maio de 1961, Kennedy ofereceu o cargo de embaixador no Brasil a Gordon, o qual aceitou prontamente. Era a missão de Gordon colocar a Aliança para o Progresso em prática, e não deixar que falhasse no país mais importante do hemisfério sul americano.

1- A GUERRA FRIA E O GOVERNO KENNEDY

Os 45 anos, que vão do lançamento da bomba atômica em Hiroshima até o fim da União Soviética, não formam um período homogêneo. Foi um período marcado pelo constante confronto entre as duas superpotências que saíram vitoriosas da Segunda Guerra, os Estados Unidos e a União Soviética. Esse período foi chamado de Guerra Fria e o que estava em jogo era a força e influência das duas ideologias antagônicas: capitalismo e socialismo.

Terminada a Segunda Guerra, o mundo foi distribuído às duas superpotências. A URSS controlava uma parte do globo - a Europa Oriental - e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos. A Segunda Guerra deixou a Europa em uma situação deplorável. As antigas potências coloniais perderam sua hegemonia e se viram dependentes da ajuda externa para se reerguer economicamente. A situação da Europa Ocidental parecia tão tensa que Washington decidiu que o fortalecimento da economia europeia era a prioridade mais urgente, e o Plano Marshall foi lançado em

1947. O Plano foi um projeto maciço para a recuperação europeia e totalizou um aporte de 18 bilhões de dólares para reconstrução de indústrias, importação de alimentos e mercadorias, bem como financiamento da agricultura. Recebeu esse nome em homenagem a seu idealizador George Catlett Marshall, um general do exército estadunidense que foi secretário de Estado durante o governo Truman. O efeito da Guerra Fria foi maior na política internacional do continente europeu. Em 1957, foi criada a “Comunidade Européia”, uma organização internacional sem precedentes com a finalidade de integrar as economias de vários Estados-nação independentes. Mais tarde se transformou na União Europeia, que continua até hoje.

Ao contrário da URSS, os EUA eram uma democracia. Para Hobsbawm (1995), deve-se dizer que estes eram provavelmente mais perigosos. O governo soviético não precisava preocupar-se com ganhar votos no Congresso, ou com eleições presidenciais. O governo americano precisava. Dentre todas as democracias do mundo, apenas nos EUA os presidentes eram eleitos para combater o comunismo. Foi assim que John F. Kennedy ganhou as eleições de 1960. Sua campanha demonstrou que a maior questão era a manutenção de uma supremacia americana concreta. Mas como presidente, Kennedy demonstrou uma sincera disposição de limitar os prejuízos globais de uma disputa que era restrita ao seu próprio país e à União Soviética. Propôs mudanças nas relações que diminuíssem os riscos do confronto direto e priorizasse a concorrência nos campos produtivo, comercial e tecnológico.

Os dois lados viram-se comprometidos com uma insana corrida armamentista e espacial. Os EUA ficavam para trás na corrida espacial contra sua rival, que já havia colocado em órbita o primeiro satélite, o Sputnik, em 1957, e mandou o primeiro homem ao espaço, Yuri Gagarin, em 12 de abril de 1961. Em 12 de setembro de 1962, diante de uma grande multidão no Estádio Rice em Houston, Texas, o presidente Kennedy disse a memorável frase “nós escolhemos ir para a Lua”. Kennedy tinha uma meta clara a fim de demonstrar a superioridade dos Estados Unidos contra a União Soviética na corrida espacial: levar um homem à Lua e trazê-lo de volta à Terra até o fim da década. Mesmo havendo certas inquietações e com algumas figuras políticas de destaque sendo contrárias a ideia, como o ex-presidente Dwight D. Eisenhower e o senador Barry Goldwater, o programa espacial seguiu em frente e a visão de Kennedy finalmente se realizou em julho de 1969 com o pouso da Apollo 11 na Lua.

Mas havia outros desafios internacionais a serem resolvidos também. A América Latina era uma parte do Terceiro Mundo que por longo tempo permaneceu distante de conflitos internacionais locais e globais, até que a revolução que tomou a ilha caribenha de Cuba em 1º de janeiro de 1959 aconteceu. Desde então, a pequena Cuba transformou-se em um “espinho na carne”, na frase do senador William Fulbright, ao presidente Kennedy. A Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro, foi um movimento de guerrilha que derrubou a ditadura de Fulgêncio Batista, instalada no país desde 1952. Para a maioria dos cubanos, a vitória do grupo rebelde foi sentida como um momento de libertação e infinita promessa. Embora sendo radicais, nem Fidel nem qualquer um de seus colegas eram comunistas, nem simpatizantes do marxismo. Pelo menos no início. Em 1960, os EUA já haviam decidido tratar Cuba como comunista. Não reconheceram o novo governo e opuseram-se abertamente contra, tomando várias medidas para sabotar Cuba. Isso levou a aproximação de Fidel com a União Soviética e a declaração de que oficialmente eram comunistas. Em 1961, Kennedy formalmente rompe relações diplomáticas com Cuba.

Por toda América Latina, brotavam grupos de jovens que se lançavam em lutas de guerrilha, fortemente influenciados pelo exemplo de Fidel. Preocupados com o *status quo*, os Estados Unidos partiram para combater a perigosa instabilidade que assolava a região. Usou-se de todos os meios, “desde a ajuda econômica e a propaganda ideológica até a guerra maior, passando pela subversão militar oficial e não oficial” (HOBSBAWM, 1995, p. 422). A postura de Kennedy foi objetiva: reforçou a política de treinamento e aparelhamento das forças repressivas, expandindo os gastos militares e reestruturando as Forças Armadas.

A ajuda econômica veio através da Aliança para o Progresso (1961), um amplo programa cooperativo destinado a acelerar o desenvolvimento econômico e social da América Latina e impedir possíveis adesões aos ideais soviéticos. Pois o governo americano acreditava que as desigualdades sociais e a situação de miséria presentes nos países subdesenvolvidos eram o cenário perfeito para ebulação de ideias radicalistas. O nome foi desenvolvido por Dick Goodwin, um dos escritores de discurso do presidente e um dos membros da força-tarefa. Lincoln Gordon conta o porquê da escolha do nome:

Na conferência de aniversário do programa, em 1986, o presidente venezuelano Rómulo Betancourt explicou porque foi chamado de Aliança para o Progresso ao invés de Aliança para o Desenvolvimento. Ele e seus

amigos sabiam que o presidente Kennedy não conseguia pronunciar palavras estrangeiras. A palavra para desenvolvimento em espanhol é “desarollo”, que era claramente além de sua capacidade, enquanto “progresso” ele provavelmente conseguiria pronunciar. É dessa forma que grandes decisões são formadas e a Aliança para o Progresso se tornou o nome. (GORDON, 1987, p.8)

A política do presidente Kennedy para o hemisfério foi fundamentada na obra dos professores Max Millikan e Walt Rostow (1957) intitulada *A Proposal: Key to a Effective Foreign Policy* no qual enfatiza a importância dos EUA tomar a liderança de um programa de ajuda internacional para o crescimento econômico mundial. Esses professores eram teóricos da modernização, uma linha de pesquisa que se tornou popular entre os acadêmicos norte-americanos após a Segunda Guerra. Para eles, todos os países estão em uma linha do progresso, sendo que o Terceiro Mundo está atrasado em relação ao Primeiro Mundo a caminho da modernidade. Para Bresser-Pereira (2014), o progresso é um processo histórico no qual as sociedades alcançam seus objetivos políticos, econômicos e sociais após realizarem sua Revolução Capitalista. Influenciada pela teoria da modernidade, a Aliança para o Progresso visava resolver os problemas do subdesenvolvimento para assim trazer estabilidade política para a América Latina, assegurando os governos democráticos e os interesses americanos.

Tomesani (2017) relata que foi apenas nos anos 1950 e 1960 que as agências oficiais de cooperação internacional começaram a surgir no hemisfério norte. Antes disso, a transferência de recursos não era institucionalizada nem algo de caráter permanente, por acharem que os fundos públicos não eram para utilização de ajudas externas. O período entre guerras foi marcado por grande miséria e pobreza no qual muitos Estados demoraram em reverter a situação. Segundo a autora, foi por conta disso que, durante e após a Segunda Guerra foram firmados diversos acordos de ajudas mútuas entre países aliados, visando à pronta recuperação dos mais afetados.

Diferentemente do Plano Marshall - no qual concedia empréstimos a juros baixos aos países europeus, com a condição principal de que deveriam comprar prioritariamente dos EUA -, a Aliança para o Progresso era um programa condicional: os países recebiam a ajuda financeira na promessa de criarem projetos sociais e econômicos. O braço operacional de todo o processo foi a *United States Agency for International Development* (USAID), criada por Kennedy em novembro de 1961.

Em diversos discursos diferentes, Kennedy comprometeu-se especialmente com a América Latina, tendo como exemplo a atitude política do “*Good Neighbour*”. A Aliança era “seu projeto”, no qual envolveu toda sua energia e capacidade de convencimento. Seu assassinato chocou os EUA e o mundo:

O assassinato de John Fitzgerald Kennedy em 22 de novembro de 1963 foi um cruel e chocante ato de violência diretamente contra um homem, uma família, uma nação, e contra toda humanidade. Um jovem e vigoroso líder, cujo anos de vida pública e privada se estendiam diante dele, foi a vítima do quarto assassinato presidencial na história de um país dedicado aos conceitos de argumentação e mudança política pacífica. (WASHINGTON, 1964, p.1)

A morte de Kennedy marcou um momento de inflexão na Aliança e uma política mais conservadora e agressiva - menos dinheiro mais armamento - em relação à América Latina.

2- DE JK A CASTELO

Para compreender a crise política que ocorreu nos anos 1961 e 1964, deve-se analisar o governo de Juscelino Kubitschek, que muito se destacou na época. Kubitschek nasceu em Diamantina, Minas Gerais, e formou-se em Medicina. Porém sua vocação real era a política. Juscelino foi governador de Minas Gerais nos últimos anos de Vargas como presidente, ganhou reputação de administrador e executou impressionantes projetos na área dos transportes e energia. Governar Minas foi um ótimo preparo para o grande desafio que seria governar o Brasil. Kubitschek foi eleito presidente do Brasil em 1955 pelo Partido Social Democrático, tendo João Goulart como seu vice. Naquela época, as votações para presidente e vice eram separadas. Seu governo foi marcado por seu *slogan* “50 anos em 5”, ou seja, 50 anos de progresso em 5 anos de mandato. A base para o progresso foi uma extraordinária expansão do parque industrial. Construiu rodovias, ampliou o fornecimento de energia elétrica, além de trazer a indústria automobilística ao Brasil.

Kubitschek buscou, antes mesmo de assumir o governo, um diálogo com Eisenhower, então presidente dos Estados Unidos. Porém não encontrou nenhuma receptividade em sua proposta de um programa de investimentos com o objetivo de desenvolver o Brasil para assim manter a segurança do hemisfério. Restou a Kubitschek

a alternativa de aplicar densamente capitais públicos a fim de expandir diversos setores, enquanto atraía empresas da Europa. Assim, ele seguiu uma política de nacionalismo desenvolvimentista, a fim de conseguir a mais rápida taxa de crescimento possível. Para ele, o destino do Brasil era o “caminho do desenvolvimento”. Só a partir da industrialização urgente, o subdesenvolvimento nacional seria solucionado.

Kubistchek também propôs a Eisenhower um ambicioso e novo programa - Operação Pan-Americana - em 1958, visando expressar o inconformismo não apenas do Brasil, mas também de outros países da América Latina, pela falta de investimento americano no continente. A OPA era um programa de desenvolvimento econômico multilateral de longo prazo que pedia “estudos sobre a aplicação de capitais em áreas atrasadas do continente, aumento do crédito das entidades internacionais, fortalecimento da economia interna, disciplina no mercado de produtos de base, formação de mercados regionais, ampliação e diversificação da assistência técnica, e a necessidade de capitais públicos para setores básicos e infraestrutura” (BUENO; JÚNIOR; VIGEVANI, 2014, p. 562). Seus principais ideólogos, como o escritor e industrial Augusto Frederico Schmidt, explicitaram na OPA a preocupação com a segurança do continente, argumentando que, sem desenvolvimento, não se podia falar de segurança na América Latina, “uma vez que as áreas de miséria e de pobreza continham um potencial de agressão interna e ameaçavam suas estruturas econômicas e sociais” (BANDEIRA, 2011, p.185). Porém, a ideia de Juscelino sobre a OPA não teve grandes impactos em Washington. Só após o rompimento de relações com Cuba que os Estados Unidos foram lançar uma versão atrasada do programa que Kubistchek tinha proposto, a Aliança para o Progresso.

O comportamento do Produto Interno Bruto - PIB durante esses anos confirma o êxito do plano de aceleração do crescimento econômico. Entre 1957 e 1960, a economia brasileira cresceu, respectivamente, 7,7%, 10,8%, 9,8% e 9,4%. O comportamento da inflação, das finanças públicas e das contas externas do Brasil também tiveram um crescimento, não significando algo bom. Juscelino realmente conseguiu deixar a seus sucessores uma economia maior e mais desenvolvida, mas, por outro lado, entregou também a piora de alguns dos principais indicadores macroeconômicos internos e externos. O símbolo desse contraste foi a construção da nova capital no interior do país, Brasília. A nova capital era vista por JK como a chave

do desenvolvimento que transformaria o Brasil em um continente integrado. Sem o empréstimo do FMI, Juscelino emitiu títulos da dívida pública e aumentou a saída de moedas no país para financiar o projeto. Com altos gastos e retirada de dinheiro dos cofres públicos, a inflação atingiu níveis exorbitantes nos anos seguintes.

Jânio Quadros foi governador de São Paulo e foi significativamente reconhecido por sua excelente administração em um dos estados de maior importância no Brasil. A UDN convidou-o para participar da campanha eleitoral de 1960 como candidato do partido. Para eles, Quadros representava o líder que poderia tirar a oligarquia do grupo governamental. Quadros aceitou a designação, com a condição de manter sua dependência quanto a negociações partidárias. Em outubro de 1960, Jânio Quadros ganhou as eleições, por maioria absoluta, à mesma época que John F. Kennedy, pelo Partido Democrata, triunfava nos Estados Unidos. Kennedy era simpatizante de Quadros, pois via nele um líder que tinha condições de realizar reformas na moldura da democracia representativa e da economia capitalista, e assim poderia contrapor-se, como alternativa, ao modelo de Castro.

Visto os problemas econômicos herdados do governo JK, Quadros lançou imediatamente um programa anti-inflacionário, com a reforma do sistema cambial, simplificação das múltiplas taxas e desvalorização do cruzeiro em cem por cento. A base de um novo desenvolvimento viria de uma dolorosa restrição financeira. Mas tudo contribuiu para obter a aprovação do FMI, dando vantagem para renegociar as dívidas.

“Foi anunciado um empréstimo de mais de 2 bilhões de dólares, incluindo 300 milhões para novos financiamentos, juntamente com a consolidação e extensão da grande dívida a curto prazo com os Estados Unidos e os bancos europeus, assim como com as autoridades financeiras internacionais” (SKIDMORE, 1979, p.240).

O presidente, juntamente com o Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco, colocou o Brasil em uma posição independente com relação à política externa. Discordou com o boicote americano a Cuba e durante a candidatura fez uma visita à ilha, o que passou a imagem de uma política menos pró-americana do que outros presidentes brasileiros tiveram. Passou a procurar estabelecer relações comerciais e diplomáticas com todas as nações do mundo que manifestassem interesse num intercâmbio pacífico - esperando diminuir as dificuldades financeiras do Brasil - incluindo o bloco soviético. Porém, a política externa independente desagradou

internamente, principalmente os conservadores. A situação piorou quando Quadros condecorou Che Guevara com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, comenda que o presidente atribui a personalidades estrangeiras. Tanto o programa anti-inflacionário quanto o contra a corrupção não foram o bastante para aproximar as forças sociais para as tarefas de desenvolvimento.

A partir daí, Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, liderou um ataque contra o presidente fazendo com que ele caísse em descrédito perante a classe média e os militares. Associou-o com uma posição nacionalista geralmente associada aos populistas de esquerda. Após apenas 7 meses no governo, em um ato que até hoje não é totalmente compreendido, Jânio Quadros renuncia seu cargo de presidente deixando o Brasil bastante surpreso. Quadros imaginava que sua renúncia mobilizaria uma reação popular, como foi com o suicídio de Vargas. Além de que, ao seu pensar, os militares não permitiriam que João Goulart ascendesse à presidência, pois era suspeito de manter conexões com os comunistas. Ele esperava que o Congresso recusasse sua renúncia e lhe oferecesse uma ampla delegação de poderes. Porém seu plano não deu certo. Houve uma comoção nacional, mas não como esperava. Sua renúncia dividiu o Brasil, gerando uma crise de sucessão. De um lado havia os que não queriam que Jango tomasse o poder. E por outro lado havia os legalistas que, apesar de não gostarem de Jango, defendiam o respeito à Constituição.

A Constituição declarava que o vice substitui o presidente no caso de desocupar a presidência. Porém, Jango encontrava-se em uma viagem de caráter comercial na China comunista. Assim, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu a presidência provisória do Brasil. Durante os dez dias de crise - entre o dia da renúncia e a posse de Goulart - surgiu uma luta entre os ministros militares, entre os que se opunham à posse de Jango e os que apoiavam a legalidade. Os ministros militares consideravam perigoso a volta de Goulart ao Brasil e o acusavam de ter entregue posições-chaves nos sindicatos à agentes do comunismo internacional. Prontamente, Leonel Brizola - governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Jango - mobilizou estações de rádio pró-Jango, intituladas a “voz da legalidade”, a fim de espalhar a opinião ao resto do país. Durante uma conferência realizada às pressas em Paris, Jango concordou com a solução de governar em um sistema parlamentarista. Assim, a 7 de setembro de 1961, Jango tomou posse como presidente da República.

Jango era líder do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, um grande partido que vinha crescendo rapidamente. Herdou a liderança de seu mentor Getúlio Vargas, após seu suicídio em 1954. Com Jango no poder, as pressões dos sindicatos passaram a exercer uma influência direta no governo e em suas decisões políticas, como a aplicação de medidas econômicas contrárias aos interesses dos trabalhadores. Em seus primeiros quatorze meses de mandato, de setembro de 1961 a janeiro de 1963, Jango tentou recuperar os poderes presidenciais a partir de um plebiscito e esforçou-se para provar sua “respeitabilidade” aos dirigentes tradicionais do poder.

Por conta da crise financeira no qual o país passava, Jango sabia que teria que convencer os Estados Unidos e o FMI de sua seriedade, então tratou de entender-se com Kennedy, tomando cuidado para que suas ações não se tornassem hostis aos olhos norte-americanos. Em uma viagem aos Estados Unidos, Jango deixou claro que o Brasil era uma nação independente mas não neutra, declarando que seu governo era contrário aos rumos políticos e ideológicos do regime revolucionário de Cuba. Restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética por oferecer boas oportunidades de negócios. Eram termos comerciais que favoreciam o Brasil, a enfrentar gravíssima crise cambial. Tais termos que os Estados Unidos não podiam cobrir. Quando o ministro San Tiago anunciou que o Brasil iria reconhecer novamente a União Soviética, repórteres brasileiros pediram para Lincoln Gordon comentar sobre isso, no qual respondeu “os Estados Unidos reconhecem a União Soviética; eu não vejo o porquê disso ser um assunto que eu deva comentar. Cabe ao Brasil se decidir” (GORDON, 1987, p.86).

Atraído pela esquerda, como a oposição pensava, a crescente campanha em favor das “reformas de base” lhe parecia agradável. Decidiu lançar o Plano Trienal em dezembro de 1962, com o objetivo de unir crescimento econômico com reformas sociais e combate à inflação. Celso Furtado, então Ministro do Planejamento, defendia a reforma agrária e outras políticas voltadas à redistribuição de renda a fim de ampliar o mercado interno. O governo Kennedy temia as ações esquerdistas de Goulart por significar, não apenas o comunismo, mas também tendências contrárias aos interesses econômicos e financeiros dos Estados Unidos. Na prática, interviriam nas eleições para Câmara e Senado ocorridas em outubro de 1962, visando eleger mais representantes anticomunistas.

Em março de 1963, com o Plano Trienal em mãos, San Tiago Dantas - Ministro da Fazenda - demonstrou em Washington que o Brasil estava de acordo com “as exigências do planejamento econômico e da reforma social pedidas pela Aliança para o Progresso” (SKIDMORE, 1979, p. 292). Visava a ajuda imediata e intensa dos Estados Unidos, porém, dos US\$600 milhões solicitados, conseguiu apenas US\$84 milhões. A ajuda americana foi condicionada a medidas anti-inflacionárias eficientes vindas do governo brasileiro. Algo difícil de se conseguir já que, ao final de maio, a inflação atingira 25%, nível previsto para todo o ano.

A já enfraquecida imagem de Jango sobre sua capacidade de governar foi agravada após a reforma ministerial, realizada por ele em junho de 1963. A esquerda e a direita achavam que o presidente desacreditava nos processos constitucionais. Em fins de 1963 e começo de 1964, crescia a turbulência social e o conflito político, em um clima de denúncias de golpes e contra golpes. Havia muitos políticos importantes que eram contrários a um golpe de Estado, pois aspiravam a presidência através da eleição de 1965. Mas a conspiração organizada pela oposição a Jango já estava tomando forma rapidamente. Tanto o centro quanto a direita, temiam que ele emergisse, em uma situação revolucionária, como um Perón brasileiro.

Goulart, em atitudes desesperadoras, adotou medidas nacionalistas e populares e realizou comícios a fim de mobilizar a classe trabalhadora em seu favor. Como em vários fatos históricos, o golpe de Estado também teve um estopim. Um levante dos marinheiros, em fins de março de 1964, não foi reprimido por Goulart como os militares esperavam que fosse. Jango deu ampla anistia aos marinheiros rebelados. Tal ato feriu a hierarquia militar e a autonomia da própria oficialidade. Tropas eram mobilizadas em diversas partes do país. Na tarde 31 de março de 1964, o general Kruel, de São Paulo, deu a ordem final para que seus tanques se deslocassem rumo ao Rio. Os militares tomaram o poder em 1º de abril de 1964 - com apoio civil - e colocaram Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, na liderança do novo regime.

Assim, “a melhoria do quadro econômico teria de esperar a adoção do [Plano de Ação Econômica do Governo] - PAEG, no governo Castello Branco, e o “milagre” que o sucedeu. Já a restauração da normalidade institucional, também prometida por parcela daqueles que tomaram o poder, teve de aguardar muito mais” (VILLELA, 2011, p. 20).

3- LINCOLN GORDON E A ALIANÇA

No dia 13 de março de 1961, o Corpo Diplomático Latino-Americano foi convidado para uma recepção na Casa Branca, onde o Presidente John F. Kennedy lançou oficialmente a Aliança para o Progresso, que foi detalhada na Carta de *Punta Del Este*, em agosto de 1961. Lincoln Gordon, embaixador democrata no Brasil entre 1961 e 1966, foi quem trabalhou no discurso neste dia, propondo a Aliança.

O governo de Juscelino Kubitschek deixou Gordon intrigado. Com o *slogan* “cinquenta anos em cinco”, Juscelino promoveu um tipo diversificado de industrialização, criando rodovias, aumentando o fornecimento de energia, trazendo indústria automobilística para o Brasil. Aconteceu uma verdadeira expansão no desenvolvimento. Isso fez com que Gordon se interessasse em temas sobre Brasil em inglês e decidiu arquitetar um projeto específico no país. Em 1959, passou o verão no Brasil vendo a viabilidade do projeto e buscando apoio de colaboradores brasileiros. Ele teve a certeza de que o Brasil era um país extraordinariamente interessante, devido ao rápido desenvolvimento.

O apreço de Gordon por Juscelino não foi deixado de lado em sua entrevista. Para ele, JK foi um extraordinário presidente, e a construção de Brasília foi um de seus maiores e melhores feitos. Gordon acreditava que Quadros seria um excelente presidente, e o desenvolvimento brasileiro que JK iniciou teria continuidade.

Esse também era o pensamento da administração de Kennedy. As expectativas em relação à Quadros eram elevadas, e não podiam imaginar que em 25 de agosto de 1961, um dia depois da indicação de Gordon como embaixador, Quadros renunciaria à presidência. 25 anos depois, Quadros disse que renunciou por causa de tanta pressão que sofria, não podendo fazer nada do que queria. Gordon não acreditava que esse era o real motivo pois não achava que as pressões eram assim tão severas. Sua convicção era de que “ele [Quadros] esperava que o Congresso recusasse sua renúncia e oferecesse uma ampla delegação de poderes” (GORDON, 1987, p.25). Ao ser perguntado qual era sua tarefa principal quando chegasse ao Brasil, Gordon deixou claro que era desenvolver bem os programas da Aliança para o Progresso, era pra isso que ele tinha sido escolhido como embaixador. Em suas palavras, “era minha oportunidade e minha responsabilidade fazer a Aliança funcionar corretamente no Brasil” (GORDON, 1987,

p.28). Porém, com a crise política que o Brasil estava passando, a primeira tarefa foi aprender os nomes dos diversos “peões” do governo brasileiro.

Como presidente, Kennedy demonstrou uma sincera disposição de limitar os prejuízos globais de uma disputa que era restrita ao seu próprio país e à União Soviética. Antes de tomar posse, nomeou forças-tarefas para o aconselharem em todas as áreas da política, interna e externa. Gordon fazia parte do partido democrata, no qual tinha uma concepção da ordem mundial diferente, chamada internacionalismo liberal, “segundo a qual a hegemonia americana poderia ser benigna e palatável para o resto do mundo, caso houvesse progressiva institucionalização das relações internacionais” (SPEKTOR, 2010, p.147). O projeto falava que o dólar seria a moeda-base para o sistema comercial mundial e tinha a noção de segurança coletiva. A ideia era que os países se juntassem na tarefa de conter a expansão do comunismo. Juntamente com Kennedy, chegou ao poder “algumas das cabeças centrais do internacionalismo liberal, que pela primeira vez se voltavam para o então chamado Terceiro Mundo” (SPEKTOR, 2010, p. 148). Walt W. Rostow fazia parte da equipe de Kennedy. A preocupação da equipe de Rostow era achar maneiras de acelerar o desenvolvimento e o processo de modernização de países pobres e atrasados.

Em abril de 1961, ocorreu no Rio de Janeiro o encontro interamericano de alto nível sobre assuntos econômicos. Gordon foi para o encontro como consultor do desenvolvimento da Aliança para o Progresso, pois haveria oportunidade de encontrar informalmente os principais funcionários econômicos da América Latina: Ministro da Finança, gerentes do banco central, entre outros. Em maio do mesmo ano, o presidente convidou Gordon para a Casa Branca e lhe ofereceu o cargo de embaixador no Brasil. Gordon aceitou com muita honra pois era do interesse dele “ajudar a colocar a Aliança para o Progresso em operação prática” (GORDON, 1987, p.19). Era importante que a Aliança para o Progresso desse certo no Brasil, pois a administração de Kennedy acreditava que, se a Aliança falhasse em qualquer outro país pequeno ainda seria um sucesso, porém se falhasse no Brasil, o mais importante do hemisfério, seria um fracasso total. Por isso, se preocuparam em colocar na embaixada americana no Brasil alguém entendido sobre o programa e que seria capaz de lidar com problemas econômicos. O jornal Correio da Manhã viu a escolha de um planejador econômico para a embaixada no Brasil “como mais um esforço no sentido de dar vigor às democracias

do hemisfério mediante planejamento de assistência a longo prazo no terreno econômico” (CORREIO DA MANHÃ, 1961, p. 1).

O presidente Kennedy convidou-me para ser embaixador no Brasil, primeiro, porque me dediquei vários anos aos problemas do desenvolvimento brasileiro e, segundo, porque tive a boa sorte de trabalhar com ele, todo o ano passado, na formulação dos conceitos da Aliança para o Progresso - um programa em que o Brasil será a chave do êxito. A Aliança para o Progresso é a parte mais importante de minha missão como embaixador dos Estados Unidos no Brasil e o elemento básico da política atual de meu governo, em trabalho conjunto com as repúblicas irmãs da América Latina” (GORDON, 1962, p.38).

A Aliança se diferencia de outros programas, segundo Gordon, pela sua amplitude de ajuda, tendo que ser mais sistemático, além de seu caráter reformista. “A ideia era promover uma pacífica revolução social em vez de um violento conflito de classes e uma revolução a la Cuba” (GORDON, 1987, p.16). A Aliança era um programa condicional: os países latinos recebiam a ajuda econômica, em média um bilhão de dólares durante dez anos, no acordo de criarem projetos de melhoria social de longo prazo. Tais planos nacionais faziam parte dos termos da Carta de *Punta del Este* e da declaração original do presidente Kennedy (GORDON, 1962, p.22). Incluía “reforma agrária; maior atenção às massas seja rural ou urbana, procurando melhor distribuição de renda; ampliar oportunidades de trabalho, ampliar oportunidades educacionais; e geralmente maior mobilidade social” (GORDON, 1987, p.16).

Gordon, em seu livro, rebatiza a Aliança de “Operação Aliança” pois achava muito semelhante à Operação Pan-Americana de JK. A Aliança para o Progresso colocava a importância do desenvolvimento econômico juntamente com o progresso social. Para isso, necessitava de altos investimentos públicos, sem deixar a empresa privada de lado, em setores de alta prioridade. Não podiam desperdiçar dinheiro nem competência humana em setores de baixa ou nenhuma prioridade. “É esse esforço sistemático de planejamento, essa seleção de prioridades, e a aplicação conjunta de recursos nacionais e estrangeiros a tais tarefas que constituem a ideia central da Aliança para o Progresso” (GORDON, 1962, p.15).

O interesse dos Estados Unidos na Aliança, segundo Gordon, se dava pela crença em “uma América Latina próspera, livre e autoconfiante é essencial à espécie de mundo na qual, nós, da parte setentrional do hemisfério, também poderemos seguir nossas aspirações de uma vida em liberdade e dignidade” (GORDON, 1962, p.7). Gordon acreditava que o Brasil, seguindo as diretrizes da Aliança, não só se

beneficiaria, mas também serviria de modelo para os outros países. Por isso, os Estados Unidos demonstraram grande entusiasmo na modernização industrial do Brasil. A exemplo da Europa e do Canadá, os países industrializados constituem os melhores clientes (de comércio) dos EUA, de acordo com Gordon. Com um olhar mais filosófico, os EUA acreditavam que eles deveriam levar a liberdade de um governo democrático à todas as nações, pois o futuro próprio deles depende da paz e da prosperidade dos outros povos (GORDON, 1962, p.104).

Através da Aliança, Gordon disse que eles ajudaram diversas instituições de crédito, no qual tiveram grandes efeitos no país. Em 1962, o Banco Inter-American do Desenvolvimento emprestou à Caixa Econômica de Minas Gerais 6 milhões e 400 mil dólares para o Fundo Fiduciário para o Progresso Social. O dinheiro foi usado para “ampliar o crédito agrícola supervisionado, melhorar as habitações camponesas para novas construções agrícolas e residências de baixo custo nas regiões rurais” (GORDON, 1962, p.67). Gordon se dedicou a diversos programas da Aliança, como levar água limpa ao nordeste e eletricidade aos lugares que não possuíam. Houve apoio financeiro do Banco Mundial, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDE, para ajudar na construção das represas de Três Marias e de Furnas - MG. Ele diz que certamente o Brasil sozinho teria conseguido alcançar diversos desses melhoramentos, mas a Aliança ajudou muito.

A Aliança para o Progresso se difere muito quanto o Plano Marshall. Gordon coloca que recuperar uma economia é totalmente diferente do que desenvolver uma. São processos que necessitam de programas e análises diferentes. Um desenvolvimento certamente irá precisar de ajuda financeira, assim como a recuperação, mas o mais importante é que precisará de lideranças e uma reforma estrutural na administração, algo que a Europa já tinha desenvolvido na época do Plano Marshall. “É de suas fileiras de estudantes que devem surgir os líderes para a contínua luta pelo progresso econômico e social” (GORDON, 1962, p.98), por isso Gordon insiste que a educação é fundamental no crescimento econômico de um país.

Seu livro traz dados provisórios do ano de 1962 onde mostram que os países da América Latina investem, em média, apenas dois por cento de seu PIB em educação. Ele diz que, para atingir os objetivos mínimos que a Aliança propõe, “essa proporção deve ser dobrada para quatro por cento até 1970” (GORDON, 1962, p.70). Na época, a

população abaixo dos 15 anos de idade era quase a metade aqui no Brasil. Investir na educação nesse tempo iria levar à resultados extraordinários no futuro com maior rapidez. Para Gordon, esse investimento na educação, que é importante também no primário, se torna mais importante nas universidades e escolas técnicas. pois, para ele, “uma sociedade necessita de habilidade especializada em todos os níveis” (GORDON, 1962, p.69), sejam agrônomos, médicos, economistas ou mecânicos e técnicos agrícolas. Foram várias as parcerias educacionais entre os dois países, como entre a Universidade de Viçosa e uma das principais universidade do tipo *land grant* americana, treinando especialistas em agronomia e economia doméstica. Gordon coloca o desenvolvimento técnico como um dos legados que a Aliança deixou no Brasil. O desenvolvimento e conhecimento de habilidades era limitado antes do programa. Ele, como embaixador, dava assistência técnica e financeira para os mais importantes institutos de treinamento econômico, incluindo a Fundação Getúlio Vargas no Rio. Um exemplo que ele traz é a fala do diretor do Instituto de Economia, em 1967, que disse que no final daquele ano iria dar os três primeiros diplomas de *PhD* em economia de todo o Brasil, com dissertações que ajudavam no desenvolvimento do país. Ele disse ao final “sem a Aliança para o Progresso nós nunca poderíamos ter feito isso” (GORDON, 1987, p.68).

Para Gordon, se o Brasil viraesse para a esquerda não seria uma outra Cuba, mas sim uma outra China. O país era o principal receptor dos recursos da Aliança para o Progresso, pois era visto como o mais importante do bloco. O nordeste recebeu especial atenção dos diplomatas. Em 1960, a visão que os Estados Unidos tinha do nordeste brasileiro era que era uma região de constante seca e que estava à beira de uma revolução comunista. As Ligas Camponesas eram vistas como comunistas, mas eram apenas associações de trabalhadores rurais que surgiram no estado de Pernambuco nos anos de 1955. Foi um movimento autônomo que tinha como objetivo gerar recursos comuns para a assistência educacional e de saúde, além de poder comprar adubos para melhorar a produção. Porém essa era uma visão apenas dos EUA. Celso Furtado afirma:

A verdade é que a síndrome de cuba impedia os americanos de ver a realidade. Era natural que os jornalistas carregassem as tintas e apresentassem à opinião pública norte-americana Julião como um novo Fidel Castro. Mas quem tomava contato com a realidade logo percebia que o movimento camponês do nordeste era um proto-sindicalismo de reivindicações sobremodo modestas. (FURTADO, 1989, p.130).

Em 1959 foi criado a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com Celso Furtado como superintendente. Suas ações se concentravam na “eletrificação, transporte, aproveitamento dos recursos hídricos, reestruturação da economia rural, melhoria das condições de abastecimento, levantamento e prospecção mineralógicos, levantamento cartográfico e educação” (SARAIVA, 2013, p.8).

Celso Furtado pretendia atrair os recursos advindos da Aliança para o Progresso para a SUDENE, “modificando assim as representações norte-americanas sobre a região Nordeste” (SARAIVA, 2013, p.9). Com a morte de Kennedy, isso tudo mudou. Seu sucessor não tinha as mesmas predisposições de ajudar a América Latina, e divergia de como a Aliança para o Progresso deveria funcionar. O governo de Lyndon Johnson trocou o vínculo americano que tinha com a SUDENE para apoiar Carlos Lacerda, um dos líderes de um grupo político oposto que apoiava o golpe civil-militar. Gordon e o novo presidente concordavam que a Aliança tinha virado “apenas mais um programa de ajuda norte-americano” (SARAIVA, 2013, p.11). Os militares que tomaram o poder em 1964 perseguiram a Liga Camponesa e cassou mandatos daqueles que Washington considerava comunistas.

Gordon, assim como outros líderes da época, “via o mundo em branco e preto: se um país não estava alinhado com os EUA, era aliado da União Soviética” (GREEN & JONES, 2009, p.4). Isso refletiu em todas as ações e conclusões que o embaixador tinha em relação ao Brasil. Gordon acreditava que Goulart, mesmo sendo incompetente para resolver os problemas do Brasil, planejava dar um golpe de Estado para se manter no poder e ter um regime *a la Peron*, mas por causa de sua incompetência, seria posto de lado e o poder iria para os comunistas. Os autores falam que considerar que o objetivo maior de Jango era acumular poder para virar ditador é “desconsiderar o leque de alternativas que o presidente tinha ao seu dispor naquele período” (GREEN, JONES, 2009, p.5). A Revolução Cubana deu apenas um viés para as relações e visões dos norte-americanos em relação à América Latina.

[...] Nós aprovamos a revolução brasileira por nossa convicção de que o presidente estava planejando acumular poderes ditoriais no padrão de seus dois mentores, Getúlio Vargas e Juan Perón. Para sustentar essa convicção nós temos bem mais evidências sólidas do que acusações na imprensa brasileira antigovernista. Eu nunca tive motivos para duvidar disso [...] (GORDON, 1967, p.18 e 19).

No Jornal do Brasil, edição do início de fevereiro de 1964, na Coluna do Castello, o editor fala que numerosos assessores presidenciais, que poderiam ser classificados como o segundo escalão político-administrativo do Governo, acreditavam que a política social do presidente iria mobilizar pessoas à rua para exigir a permanência de Jango no poder.

Gordon e sua Embaixada tinham atritos constantes com o então presidente Jango. Jango não aceitava a pressão norte-americana para que Cuba fosse expulsa do sistema interamericano. A nacionalização de grandes empresas americanas também deixou nervoso o governo dos EUA - Brizola nacionalizou, em 1962 no Rio Grande do Sul, a *American and Foreign Power Company*. O lançamento do programa de reformas de base de Goulart não foi bem visto, pois os EUA esperavam um ajuste fiscal para conter a crise econômica brasileira. A relação Goulart-EUA se deteriorou com o apoio americano aos candidatos da oposição nas eleições de outubro de 1962. Gordon fala que Jango queria sempre ter conversas privativas e sobre assuntos impróprios a um embaixador.

Gordon era considerado aqui no Brasil como extrema direita, o que é a esquerda nos EUA. Para ele, essas denominações têm diferenças conceituais para os dois países. E ele deve isso à tradição marxista presente na América Latina. Ele diz: “para eles a noção de estrutura de classe e conflito de classes são os fenômenos sociais mais importantes, e o imperialismo é o fenômeno internacional mais importante”(GORDON, 1987, p.51). Goulart fez uma visita de Estado aos EUA em abril de 1962, visitando a *Strategic Air Command*, em Nebraska. Após o seu retorno, Goulart começou a fazer discursos esquerdistas, na opinião de Gordon. Ele diz que seus discursos antes eram moderados, e depois tomaram rumos mais radicais. Gordon não via motivos para essa mudança. (GORDON, 1987, p.61)

O Presidente Johnson estava preparado para fazer o necessário para a queda de Goulart. Gordon foi um grande defensor da “revolução militar” de 1964, porém ele não imaginava que tomaria tais rumos. Ele acreditava que seria um período curto de transição, no qual os militares tirariam Goulart do poder e logo convocariam novas eleições.

Apesar de todos os acontecimentos, anos mais tarde, Gordon ainda tinha esperanças de que havia deixado um legado na liderança brasileira de que o

desenvolvimento com igualdade era algo possível e que deveria ser almejado, como era a ideia central da Aliança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os EUA demoraram muito para perceber que a América Latina precisava de ajuda financeira. Ficaram esperando o soerguimento europeu e japonês e acabaram não vendo as diversas revoluções sociais que apareceram na América Latina, além de negligenciar o pedido de JK. Gordon tinha muito interesse em trabalhar na efetivação do programa, pois sua área de estudo era o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos. As crises políticas brasileiras desviaram o olhar desenvolvimentista de Gordon, devido ao medo do Brasil virar uma outra Cuba e levar a América Latina com ele. A intenção era manter o *status quo*, no qual era favorável aos EUA.

Depois da Revolução Cubana, os EUA passaram a ver os países não aliados como inimigos, ou seja, aliados à URSS, o que não era verdade no momento da revolução, pois Fidel não era comunista, apenas nacionalista, e seu interesse era conflitante com os EUA. Foi assim também no Brasil. Enquanto o presidente Jânio governava, com simpatia do governo Kennedy, a Aliança funcionava de acordo com o planejado. Mas quando Jango, visto como líder comunista pelos americanos, chegou ao poder depois da crise de sucessão, o foco mudou contra o novo governo e os EUA diminuíram o financiamento ao programa.

Em contrapartida, a Operação Pan Americana, apresentada por JK vinha de dentro da América Latina. Na época, muitos países apoiaram o programa pois acreditavam que, mesmo não tendo afinidade aos EUA, todos estariam dispostos a receber recursos financeiros norte americano. JK sabia o que estava propondo pois ele é quem administrava um país com inúmeras dificuldades. Teria sido mais fácil e mais efetivo se os EUA tivessem comprado a ideia da OPA. Como ainda havia muito sentimento anti americanismo na América Latina, foi natural a rejeição de um programa “de fora”. Os EUA desconheciam a realidade latina e, portanto, não conseguiram adaptar a visão americana do Programa de forma que atendesse às expectativas e às necessidades dos países latinos.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil-Estados Unidos: A rivalidade emergente (1950-1988)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. nº93. São Paulo: **Revista Lua Nova**, Setembro/Dezembro de 2014.

BUENO, C.; JÚNIOR, H. R.; VIGEVANI, T. Uma perspectiva de longo período sobre a integração latino-americana vista pelo Brasil. vol. 36, nº2. Rio de Janeiro: **Contexto Internacional**, julho/dezembro 2014.

Clima continuista nos bastidores do Governo. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 5 de fev. de 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22jo%c3%a3o%20goulart%22&pagfis=49549> Acesso em: 02 dez. 2020.

CONNELL-SMITH, Gordon. **Los Estados Unidos y la América Latina**. México: Fondo de cultura económica.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GADDIS, John Lewis. **A Guerra Fria**. Edições 70. São Paulo: 2007.

GREEN, James N.; JONES, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. **Rev. Bras. Hist**, São Paulo, vol. 29, n.57, p. 67-89, 2009.

GORDON, Lincoln. **O Progresso pela Aliança**. Rio de Janeiro: Record, 1962.

GORDON, Lincoln. **Talk for a Princeton Conference on Intervention and Developing States**. Nov. 11, 1967. Office of the President, Speeches and Statements, Lincoln Gordon, 1967-68, Series 10, Box 1, Lyndon B. Johnson Oral History Project.

GRIFFITH-JONES, Stephany. **The Alliance for Progress: an attempt at interpretation**. Development and change (SAGE, London and Beverly Hills), vol. 10 (1979).

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos, das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

KENNEDY, Charles Stuart. **Interview with A. Lincoln Gordon.** The Association for Diplomatic Studies and Training Foreign Affairs Oral History Project. Library of Congress, 1987.

KISSINGER, Henry. **Ordem mundial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

LAFEBER, Walter. **America, Russia and the Cold War, 1945-1996.** New York, Mc Graw-Hill, 1997.

Lincoln Gordon foi escolhido embaixador dos EUA no Brasil. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 24 de maio de 1961. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-mancha/089842>>. Acesso em: 1 ago. 2020.

MARTINS, João Roberto. **As políticas militares dos EUA para a América Latina (1947-1989).** Teoria e pesquisa, Janeiro de 2005.

MAY, Herbert K. **Problems and prospects of the Alliance for Progress.** Publicado nos Estados Unidos da América em 1968 por Frederick A. Praeger, Inc., Publishers.

MENDES, Ricardo Antonio. **América Latina- interpretações da origem do imperialismo norte-americano.** São Paulo: Proj. História, dez. 2005.

PENA, Hugo. **O que é ajuda externa?** Captura Críptica: direito, política e atualidade. Florianópolis, v. 2, n. 1, jan./jun. 2009.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A teoria da modernização, a aliança para o progresso e as relações Brasil - Estados Unidos.** Perspectivas, São Paulo, 30: 151-175, 2006.

SARAIVA, João G. N. **O embaixador e o superintendente: o Nordeste brasileiro nas representações do governo dos Estados Unidos (1961-1964).** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Rio Grande do Norte. Anais [...]. Rio Grande do Norte: UFRN, 2013, p. 1-14.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo.** Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1979.

SOUZA, V. H. P.; SILVEIRA, M. R. América Latina: cinco séculos em busca da integração. **Revista Formação**, n.21, volume 1 - p. 42-71

TOMESANI, Ana Maura. Cooperação Internacional, Desenvolvimento Ultramar, Assistência Estrangeira: breve revisão histórica e bibliográfica sobre a ajuda externa oficial. **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2017, p. 73-100.

TOTA, Antonio Pedro. **Os americanos.** São Paulo: Contexto, 2013.

U. S GOVERNMENT PRINTING OFFICE. **Report of the president's commission on the assassination of president John F. Kennedy.** Washington: 1964, p.1. Disponível

em:<<https://play.google.com/books/reader?id=4oQaAAAAIAAJ&hl=pt&pg=GBS.PA1>>. Acesso em: 29 set. 2020.

VILLELA, André. **Dos “anos dourados” de JK à crise não resolvida (1956-1963), in Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010).** 2^a edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Esther Urias Senra Santoro, declaro para todos os efeitos que o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A visão do embaixador Lincoln Gordon sobre a Aliança para o Progresso (1961-1964)” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Esther U.S. Santoro

Brasília, 8 de dezembro de 2020.